

V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



121 - COOPERATIVISMO EMPRESARIAL E SUAS CONTRADIÇÕES: O DISTANCIAMENTO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO SISTEMA

Eficácia e eficiência da empresa, inovação e experiências
na integração cooperativa

Elpídio Serra

elpidio_serra@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá/Programa de Pós-Graduação em Geografia

Resumo

As cooperativas agrícolas do Paraná surgiram como receptoras e repassadoras de matérias primas, evoluíram para grandes empresas comerciais e industriais e hoje, integradas ao agronegócio, assumem um comportamento híbrido e contraditório ao operar, ao mesmo tempo, com associados livres, associados integrados e terceiros. O presente trabalho analisa tal evolução e tal comportamento, tomando como referência a cooperativa COCAMAR, instalada na cidade de Maringá, norte do Paraná, Brasil.

Palavras-chave:

Cooperativas agrícolas – agronegócio – Norte do Paraná

Abstract

The agricultural cooperatives of the Paraná had appeared as receivers and pass again of raw materials, had evolved for big commercial companies and industrial, but today integrated to the agribusiness, they assume a hybrid and contradictory behavior when operating, at the same time, with free associates, integrated associates and others. The present work analyzes such evolution and behavior, taking as reference cooperative COCAMAR, installed in the city of Maringá, north of the Paraná, Brazil.

Key-words:

Agricultural cooperatives – agribusiness – North of the Paraná

1. Introdução

O cooperativismo, enquanto sistema universal romanticamente baseado na filosofia do "um por todos, todos por um", da "união faz a força" e de uma série de outros slogans que incorporam a importância da união de pessoas e respectivas funções como caminho para a sua inserção nas relações capitalistas de produção e de trabalho, vem sofrendo nos últimos tempos um processo de transformação muito forte, a ponto de não se ter em determinadas situações como separar uma cooperativa de uma empresa privada comum, dados os níveis de aproximação entre os segmentos privado e coletivo. Diante da situação criada, o presente trabalho se propõe, tomando como referência de análise a COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial de Maringá, no Norte do Paraná, a analisar os motivos que vão justificar o nivelamento das cooperativas com as empresas ditas comuns, bem como as vantagens e as desvantagens que em função disso transferem aos associados, antes "com certeza" e atualmente "talvez" os verdadeiros donos das cooperativas. Como procedimento metodológico o trabalho, elaborado para ser apresentado no V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO procura, num primeiro momento, resgatar os princípios e valores que nortearam a formação da proposta cooperativista no século XVIII, sustentada nas utopias de Owen, Blanc, King, Fourier e de outros pensadores da época, que se preocupavam com a exclusão social e suas conseqüências mais evidentes (fome, miséria, desemprego,...) que "poderiam" ser produzidas pelo capitalismo ainda nascente; a sua implantação no século XIX quando a Revolução Industrial veio provar que os pensadores estavam certos; a sua prática no século XX, já inserida no capitalismo estruturado e já incorporando alguma prática empresarial estranha ao seu berço ideológico e filosófico; num segundo momento, procura analisar a prática cooperativista atual e estabelecer algum tipo de comparação entre a teoria e a prática cooperativista, usando como referencial a COCAMAR de Maringá.

A cooperativa maringaense é utilizada como referencial porque, embora fundada nos anos 1960, passou por todas as fases da evolução do cooperativismo agrário brasileiro, operando, de início, em função de recebimentos e repasses de matérias-primas entregues pelos agricultores associados e, em seguida, como unidade de transformação e industrialização dessas mesmas matérias-primas, repassando ao mercado consumidor, direta e indiretamente, não mais matérias-primas, mas produtos elaborados. Agregando valores a partir da transformação de matérias-primas em produtos industrializados, conseguiu se estruturar como empresa capitalista, em condições de atuar em nível de igualdade com grandes empresas nacionais e internacionais, no mesmo segmento econômico. Além da agregação de valores, contribuiu para essa transformação uma política de benefícios fiscais carregada pelo Estado para as cooperativas, principalmente durante os anos 1970 e parte dos anos 1980, através da qual a COCAMAR foi altamente beneficiada. O Estado, ao carrear créditos subsidiados para as cooperativas, viabilizou que estas se estruturassem em termos de equipamentos relacionados aos setores de recebimento, estocagem e transformação de matérias primas, acelerando desta forma seu processo de crescimento econômico. Para a COCAMAR, tal política significou a arrancada rumo a um

processo de verticalização que hoje lhe garante o status de multicooperativa e sua inserção no Complexo Agroindustrial.

2. As bases teóricas do cooperativismo

Embora incorporando particularidades e características de cada espaço geográfico em que é implantado, principalmente nos segmentos social e econômico, pode-se dizer que o cooperativismo é um sistema universal que se sustenta nos princípios da ajuda mútua e da ajuda própria. Em sintonia com esses princípios, uma série de definições existe para caracterizar o que é cooperativismo. Segundo a ACI – Aliança Cooperativa Internacional, entidade que congrega as cooperativas no mundo inteiro, “cooperativa é toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros, através da exploração de uma empresa sobre a base de ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale”. Entre os autores brasileiros, destaca-se a definição de MACHADO (1975:17), segundo a qual a cooperativa “representa uma simbiose da ajuda mútua e da ajuda própria”. Tais definições se completam com a seguinte explicação de SCHNEIDER (1981:32): “...o cooperativismo surgiu, historicamente, como um sistema formal, porém simples, de organização de grupos sociais com objetivos e interesses comuns, estando o seu funcionamento amparado, basicamente, nos princípios da ajuda mútua e do controle democrático da organização pelos seus membros. Daí o caráter sui-gêneris desse tipo de organização, da qual os associados seriam, ao mesmo tempo, proprietários e usuários”.

O sistema surgiu no contexto da consolidação do capitalismo e das conseqüências sociais e econômicas geradas pela Revolução Industrial na Europa, a partir de meados do século 18, em função das propostas de Saint-Simon (1769-1825), de Charles Fourier (1772-1837), de Robert Owen (1771-1858) e de outros filósofos e pensadores da época. Embora diversas tentativas tivessem ocorrido antes, mas sem os resultados esperados, foi em 1844 que, pela primeira vez, uma cooperativa conseguiu colocar em prática todo um conjunto de teorias, com relativo sucesso. No dia 24 de outubro de 1844, um grupo de tecelões da localidade de Rochdale, Inglaterra, fundou a primeira cooperativa, dando a ela o nome de “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Com algumas adaptações introduzidas posteriormente, os princípios básicos da Sociedade passou a nortear os princípios do sistema cooperativista como um todo, sendo eles:

- Liberdade de associação para aqueles que estejam dispostos a operar de boa fé, sem distinção de raça, cor ou credo.
- Direito a um voto assegurado a cada associado.
- Possibilidade de representação.
- Neutralidade política e religiosa.
- Distribuição de sobras líquidas aos associados, segundo a proporção do uso dos bens e serviços da sociedade.
- Operações a dinheiro e por preços justos.
- Atribuições de juros de capital, limitados, módicos.
- Reuniões freqüentes dos associados para estudar a marcha da sociedade e seu desenvolvimento.

Nos congressos da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, realizados em 1937 em Paris e em 1966 em Viena, os princípios de Rochdale foram reformulados, passando a apresentar-se da seguinte forma:

- Adesão livre – também conhecida como “princípio de porta aberta” e que possibilita o ingresso ou a saída do cooperado voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, étnicos ou sociais.
- Gestão democrática – ou administração dos próprios cooperados, através de delegados eleitos por tempo determinado, em assembleias gerais, nas quais cada associado tem direito a um voto apenas, sem nenhuma relação com sua participação no capital social.
- Distribuição das sobras líquidas: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações que cada um realizou com a cooperativa.
- Taxa limitada de juros ao capital social ou pagamento de juros módicos ao capital, considerado este apenas como fator de produção.
- Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral.
- Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Considerando tais princípios, RIOS (1987) afirma que “o cooperativismo é a base de um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa; gestão cooperativa; repartição cooperativa”, o que, respectivamente, significa: uma cooperativa é uma associação de pessoas e não de capitais; a assembleia de associados tem o poder último de decisão; as sobras financeiras, ao final do exercício fiscal, são divididas entre os associados.

Os princípios universais do cooperativismo não engessam, entretanto, o sistema. Flexibilizações são admitidas por conta das características de cada espaço geográfico onde é praticado, sendo esta, a propósito, uma condição para o crescimento e a consolidação das cooperativas. Segundo BIALOSKORSKI NETO (2000: p. 242), “a cooperativa só terá sucesso social, cumprindo com sua responsabilidade junto ao seu quadro associativo, se esta for um empreendimento econômico de sucesso de forma a permitir o crescimento (...) de seus associados”. No Brasil, diante disso, as cooperativas vinculadas ao setor agrícola, passaram a crescer na exata proporção das vantagens financeiras que tiveram condições de oferecer aos associados, ficando relegados a segundo plano aspectos de cunho social e ideológico. “Considerando seu distanciamento das bases ideológicas e sua conseqüente identificação com os valores econômicos e com a política dominante, bem ao contrário do que diz a filosofia, as cooperativas brasileiras, de modo geral, foram estruturadas de cima para baixo, a partir de iniciativas governamentais e poucas vezes a partir de iniciativas das classes produtoras; se submeteram a

um excessivo controle de órgãos governamentais, abrindo mão do direito de caminharem livremente; passaram a se preocupar muito mais em concorrer com empresas privadas capitalistas do que em prestar serviços a seus associados; passaram a se vincular muito mais com os modelos agrícolas voltados ao mercado externo do que com a produção de gêneros de consumo interno” (SERRA: 1986 p. 83).

Dentro de tal lógica de funcionamento, as cooperativas se transformaram em poderoso instrumento do Estado, por exemplo, no processo de implantação do novo modelo agrícola a partir dos anos 1960 mesmo que, em algumas situações, tal modelo não atendesse às aspirações do corpo associativo. Na região Norte do Paraná, onde o novo modelo só foi incorporado no final dos anos 1970, os agricultores, em grande parte filiados às cooperativas, eram tradicionais produtores de café, dependiam do trabalho familiar não remunerado e das lavouras de subsistência para se manter e só podiam contar com as pequenas dimensões de seu lote, situações que não se enquadravam nas características da nova fase da agricultura. O modelo tradicional era, ainda, grande absorvedor de mão-de-obra, o que fazia com que o homem se fixasse mais na zona rural do que na zona urbana, onde as possibilidades de inserção no mercado de trabalho eram mais restritas. O novo modelo, ao contrário, passou a depender muito mais de instrumentos que demandam capital do que do fator trabalho, o que gerou o desemprego no meio rural; passou a depender de áreas maiores para plantio, o que anulou o modelo de colonização implantado na região voltado às pequenas e médias propriedades e gerou a concentração fundiária; passou a implementar lavouras especializadas, o que anulou a diversificação de culturas com o conseqüente desaparecimento das lavouras de subsistência, levando junto toda a estrutura que existia nas propriedades em função das lavouras de café e da manutenção do homem no campo, incluindo casas, terreiros, tulhas, pomares, galinheiros, etc.

Diante das transformações, as cooperativas regionais não assumiram qualquer posição em defesa dos produtores associados, principalmente dos pequenos, mergulhados em crise por não se adaptarem ao novo modelo. Embora todas tenham surgido em função do café, ficaram omissas quando o café e, junto, os cafeicultores, foram condenados ao desaparecimento na região. E sendo omissas, serviram aos interesses do Estado e passaram a cumprir importante papel na substituição das lavouras, em troca de subsídios que viabilizaram a construção de uma nova estrutura voltada ao recebimento, comercialização e industrialização dos novos produtos que passariam a receber, com destaque para a soja, o milho e o trigo.

O novo modelo agrícola vai viabilizar o surgimento de um novo padrão de cooperativa no Brasil e, em particular, no Norte do Paraná: as cooperativas-empresas. De maneira geral, até o surgimento do novo modelo, as cooperativas eram recebedores e repassadores de matérias-primas produzidas pelos associados, cumprindo seu papel no rompimento da cadeia de intermediação. Nesta fase, colocavam-se bem próximas dos associados e se identificavam mais com as propostas e as teorias que deram origem ao sistema. Na nova fase, ao contrário, ao se consolidarem como grandes empresas acabaram se distanciando de suas bases sociais gerando, como

conseqüência, uma série de ambigüidades que serão apontadas, pelo menos em parte, tomando como referência a cooperativa COCAMAR instalada em Maringá, Norte do Paraná, Brasil.

3. A COCAMAR e sua inserção no novo modelo agrícola

Fundada em 1963 com a denominação de Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, a COCAMAR teve sua origem associada à crise que atingia, na época, as lavouras cafeeiras provocada pela derrocada dos preços de mercado. Na ausência de outro mecanismo de comercialização, as safras tinham que ser entregues aos “maquinistas” ou a outros intermediários que, após o beneficiamento, exportavam o produto com grandes margens de lucro. Estando a comercialização centralizada nas máquinas de beneficiamento e em grandes empresas exportadoras, que manobravam o mercado segundo as tendências de cada momento e havendo uma sucessão de superproduções nas lavouras, o que passou a ocorrer foi o aviltamento dos preços pagos ao produtor a ponto da atividade cafeeira ser inviabilizada economicamente. O quadro vai levar o Estado, através do Banco do Brasil e do Instituto Brasileiro do Café, órgão extinto nos anos 1980, a orientar os produtores na fundação de cooperativas como instrumento de defesa diante dos momentos de dificuldades. As cooperativas fundadas com a orientação do BB e do IBC teriam que cumprir algumas funções que ajudariam a atenuar a crise, destacando-se: romper a cadeia de intermediação, colocando o produtor em contato com o consumidor ou, pelo menos, em contato com os grandes importadores, no mercado externo, o que viabilizaria a apropriação dos lucros desviados pelos intermediários; reter o produto excedente nas tulhas localizadas nas propriedades ou em armazéns da própria cooperativa, evitando que chegasse ao mercado onde poderia desequilibrar ainda mais a lei da oferta e da procura; orientar os produtores a diversificarem suas lavouras, tendo outras opções na agricultura, além do café.

Com a assessoria do BB e do IBC diversas cooperativas acabaram surgindo nas zonas cafeeiras paranaenses, todas no mesmo período – de 1960 a 1963 – e todas ostentando o título de cooperativa de cafeicultores, entre elas a COCAMAR. O vínculo com a cafeicultura vai, no entanto, perder sentido em meados dos anos 1970 quando fortes geadas atingem e destroem as lavouras regionais. Destruído o parque cafeeiro, na época calculado em 915 milhões de covas, perdeu sentido lutar pela cafeicultura, o que leva as cooperativas de cafeicultores a repensar seu estilo de atuação. Na época, o Estado já vinha desenvolvendo uma política de desestímulo da cafeicultura no Paraná, de modo que a ocorrência de geadas viria facilitar a implantação de um novo modelo agrícola e o deslocamento do pólo cafeeiro para outras regiões, com destaque para as antigas zonas produtoras de Minas Gerais.

No processo de substituição de lavouras, em que o espaço anteriormente ocupado pelo café vai ser liberado para as culturas mecanizadas, com destaque para a soja, o trigo e o milho, os trabalhadores e os pequenos proprietários pagam o preço mais alto. Os primeiros porque perdem seus empregos no setor agrícola, diante de um quadro em que as novas lavouras passaram a depender muito mais do fator capital (tratores, colheitadeiras, por exemplo) e muito menos do fator trabalho, o que gera a

dispensa em massa de trabalhadores; os segundos porque o novo modelo não se enquadrava na pequena extensão de suas propriedades, dependendo de áreas maiores, o que leva à concentração fundiária. Os impactos, diante da radical transformação, foram violentos no Norte do Paraná, justamente porque esta era a maior região produtora de café do País naquele período (anos 1960) e porque foi colonizada tendo como base fundiária os pequenos lotes e como base econômica de uso da terra as lavouras tradicionais de café, associadas com as lavouras de subsistência e com o trabalho familiar não remunerado, mecanismos que contribuíam para a fixação do homem na zona rural.

As cooperativas, a esta altura, não cumpriram nenhum papel no sentido de apoiar os associados mergulhados em crise. Foram, no entanto, sensíveis aos interesses do Estado, tanto que se transformaram em importante instrumento na consolidação das novas lavouras. No caso da COCAMAR, antes mesmo da entrada do novo modelo agrícola, a cooperativa já dispunha de um armazém para estocar produtos a granel, bem como toda a estrutura complementar, financiado a fundo perdido pelo Ministério da Agricultura, em 1972. Ou seja: pelo menos três anos das geadas, ocorridas em 1975, a COCAMAR já estava aparelhada para operar com novos produtos, ciente portanto de que o café estava com seus dias contados na região. O armazém foi o primeiro passo, sendo que outros equipamentos foram sendo implantados nos anos seguintes, em função das necessidades dos novos produtos agrícolas que passariam a ser cultivados pelos associados em lugar do café, da mesma forma com a ajuda oficial mediante uma política de créditos fartos e juros altamente subsidiados. Nesta nova fase, inaugurada nos anos 1970 e que vai ser consolidada depois das geadas de 1975, deixou de ter sentido o nome “cooperativa de cafeicultores”: é aí que COCAMAR passa a significar Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. Com esta denominação, e em função da nova fase, deixa de trabalhar apenas com café e diversifica sua linha de recebimento de produtos agrícolas; deixa de ser apenas uma recebedora e repassadora de produtos entregues pelos associados, passando a também industrializar as matérias-primas que recebe.

4. A fase da industrialização e a inserção no CAI

A passagem, de uma cooperativa que recebia e comercializava matérias-primas, para uma cooperativa que recebe matérias-primas e as transforma em produtos industrializados para chegar diretamente ao mercado consumidor, só foi possível graças à estruturação de um parque industrial bastante sofisticado que envolve unidades de beneficiamento e transformação de grãos (soja, caroço de algodão, girassol, café), de fios (algodão, seda), de frutas (laranja) e de outras matérias primas, produzidas ou não pelos associados. Na medida em que o parque industrial foi sendo estruturado e diante do risco de não ter matérias-primas em suficiência para manter as unidades de transformação em funcionamento constante, a cooperativa passou a trabalhar com terceiros e também com produtores integrados, comportamento que, se de um lado lhe garantiu o suprimento de matérias-primas, de outro lado contribuiu para minimizar a importância do associado perante sua estrutura de funcionamento.

Ao operar com associados, terceiros e integrados, a cooperativa transformou-se numa empresa híbrida, cuja evolução independe de quesitos como representatividade e fidelidade do quadro associativo. Paralelamente, comporta-se como uma organização que, no âmbito da restrita atuação junto aos associados, pode não assumir o lucro como meta, vestindo desta forma a camisa ideológica do sistema cooperativista, onde, no lugar do "lucro", "sobra" constitui o termo mais adequado; mudando-se para os outros segmentos que atende, no entanto, o lucro passa a ser vital para a atividade econômica que desempenha. O caráter híbrido e ao mesmo tempo contraditório que vai marcar a atuação da cooperativa se prende ao sentido de manter, ao mesmo tempo, relação paralela entre uma categoria de produtores "livres" e uma categoria de produtores "integrados". São "livres" os produtores associados à cooperativa que mantêm, por exemplo, uma relação de compra de insumos e venda da produção agrícola, obedecendo a certos princípios de mútua fidelidade. São "integrados" os produtores, também associados à cooperativa, porém compromissados por meio de contratos de parceria para a produção de determinada matéria prima industrial, observando-se que tal forma de "prender" o associado a cláusulas contratuais fere o princípio de liberdade do cooperativismo. No Paraná, o exemplo mais comum de integração produtor/cooperativa se dá no setor avícola voltado à produção de aves para abate.

É diante do novo quadro, conseqüente de seu processo evolutivo, que a COCAMAR assume seu papel contraditório perante as normas do sistema cooperativista, passando a conviver, ora com a ideologia de sua formação, ora com a prática de sua sustentação econômica. E é no contexto desse quadro contraditório que os associados, num dado momento podem ser classificados como "donos" do empreendimento mas que, logo em seguida, perdem força para um "talvez" carregado de dúvidas e de indefinições.

A inserção da cooperativa na fase da industrialização vai garantir como conseqüência direta, sua inserção no Complexo Agroindustrial, graças aos setores ligados à indústria de transformação de matérias primas agrícolas, ou agroindústrias, que instala a jusante do CAI. Os novos setores viabilizam o crescimento econômico da cooperativa, sua consolidação como empresa capitalista de grande porte, mas, contraditoriamente, esse crescimento ocorre à margem ou independente do corpo associativo. Isso não significa que os associados ficaram parados no tempo e no espaço, apenas assistindo a evolução da cooperativa da qual fazem parte; mas significa que não ocorreu uma relação direta entre o crescimento de um e a participação do outro.

Em toda a sua história, em nenhum momento a COCAMAR distribuiu prejuízos ou captou recursos diretamente entre os associados para custear, por exemplo, algum investimento. Existiram diversas situações em que ela deixou de repassar dividendos, na forma de rateios, mas nenhuma indicando captação direta de recursos. Isso significa que a consolidação do parque industrial e da própria cooperativa como empresa não dependeu da expropriação direta dos produtores associados, tendo relação maior com benefícios carreados pelo Estado através de financiamentos subsidiados e com o grau de eficiência da diretoria na condução de uma política de investimentos. Os incentivos oficiais que beneficiaram a COCAMAR principalmente durante os anos 1970, são

resultantes da política de crédito vinculada ao Sistema Nacional de Crédito Rural, mecanismo que sustentou a modernização da agricultura brasileira a partir de 1965. “A modernização da agricultura brasileira teve o seu maior crescimento e intensificação com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Na década seguinte, os financiamentos fluíram com uma enorme facilidade, permitindo que os produtores e agroindústrias pudessem se capitalizar e se integrar” (BELIK; PAULILO: 2001 p. 95-96). A contribuição dos associados se deu com a retenção de sobras não distribuídas pela cooperativa no final de exercícios fiscais e transformadas em investimento a partir de decisões coletivas tomadas em assembléias gerais.

Por outro lado, a utilização do parque industrial, adquirido em nome dos associados, para a transformação de matérias-primas entregues por terceiros (agricultores não-associados), bem como sua locação para outras empresas, em momentos de ociosidade das máquinas, são situações que geram agregações de valores em benefício apenas da cooperativa, mas não de seus associados, considerando que não foi deles ou não saiu de suas propriedades a mercadoria transformada. Ora, não havendo a expropriação direta e também não havendo a utilização exclusiva dos equipamentos em função dos produtores filiados ou de suas mercadorias agrícolas, em parte deixa de haver a esperada sintonia entre o desempenho da cooperativa e o repasse de seus benefícios, na forma monetária, para o corpo associativo, embora, pelo menos teoricamente, esses sejam os verdadeiros donos da empresa.

Essa relação híbrida, produto de uma conjuntura em que o crescimento da cooperativa ocorreu e ainda ocorre não totalmente dependente da participação direta dos associados, ganha importância histórica no primeiro e no segundo anos do século 21, quando o setor industrial, atrelado ao setor comercial atacadista e varejista, passa a responder pela maior fatia do faturamento geral da empresa e quando boa parte desse setor não está diretamente relacionada à produção agrícola do quadro associativo, nem mesmo do setor agrícola regional. A COCAMAR ingressa no setor de sucos concentrados, de maionese, ketchup, transformando em industrializados produtos que não são próprios da agricultura de sua área de atuação, e como consequência não saem das lavouras dos associados: ela os recebe de outras indústrias, na forma de semi-manufaturados, completa o processo de industrialização, envasa e lança no mercado com sua marca. Nesta fase de seu processo evolutivo, a empresa encontra justificativas para mudar, pela terceira vez, sua denominação. COCAMAR, que começou como Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, que mudou para Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, agora é batizada como Cooperativa Agroindustrial.

O crescimento, mais que crescimento, a metamorfose da cooperativa, gera contradições e novas ambigüidades em relação à filosofia e às próprias bases do cooperativismo. Não há como negar, por exemplo, que o quadro associativo perdeu sua importância na sustentação da empresa, sofrendo, em relação a ela, o que seria pelo menos na aparência, uma ruptura social e econômica. O distanciamento, que coloca a cooperativa de um lado e o corpo associativo do outro, vai encontrar sustentação diante do seguinte quadro:

- Teoricamente, passou a existir “uma” cooperativa vinculada ao corpo associativo e “outra” independente dele, mas funcionando com o mesmo nome e no mesmo endereço; uma que presta contas de suas atividades e outra que dispensa tal papel.
- Como o patrimônio da cooperativa pelo menos em parte cresceu independentemente da participação direta dos associados, deixou de existir o poder de decisão da assembléia geral em torno de “qualquer” assunto, continuando a existir apenas em relação à “alguns” assuntos, estes relacionados à cooperativa vinculada ao corpo associativo.
- No caso da distribuição de sobras, estas acabam sendo separadas, considerando que uma parte foi gerada com a participação dos associados e outra foi gerada em função de outras atividades desenvolvidas pela empresa, sem a participação direta do quadro social.
- As sobras não distribuídas e não contabilizadas na conta capital dos associados, não podem, da mesma forma, ser apropriadas por qualquer outro segmento social: a diretoria, por exemplo. O destino é serem transformadas em novos investimentos que vão acelerar o crescimento da empresa e, contraditoriamente, o seu distanciamento das bases sociais.

Considerando tais situações, que são concretas, pode-se chegar a uma, que não é concreta: diante de uma hipotética liquidação da empresa, os associados têm direito, de acordo com as normas cooperativistas, a receber o correspondente ao volume depositado em sua conta capital, com as devidas correções. Ocorre que no caso da COCAMAR o patrimônio líquido é muitas vezes superior ao montante da conta capital, considerando que foi constituído em grande parte graças a um conjunto de atividades que não dependeu do esforço do quadro social. A ajuda do Estado através da liberação de créditos subsidiados, a operação com terceiros (agricultores não filiados), a eficiência do sistema administrativo, a agregação de valores capitalizados e convertidos em máquinas e equipamentos, que vão explicar e justificar o patrimônio adicional da cooperativa, não podem ser desconsiderados na eventualidade de um ajuste final de contas.

5. Bibliografia

BELIK, W. e PAULILO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S.P. (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. pp.95-120.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D. e FAVAN, M (orgs.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000, pp. 235-251.

BORDA, Orlando Fals. Formación y deformación de la política cooperativa en América Latina. *Boletín do Instituto Internacional de Estudos Laborales*. Genebra, (7):135-65, 1970.

COCAMAR, Cooperativa Agroindustrial. *Relatório 2004*.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. *COCAMAR: uma história em quatro décadas*. Maringá, 2003 (edição comemorativa)

MACHADO, P. Antonio. *Comentários à Lei do Cooperativismo*. São Paulo: Unidas, 1975

RIOS, G.S.L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHNEIDER, J. Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. Rita, org. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981

SERRA, Elpídio. *Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNESP, campus de Rio Claro, São Paulo. 1986.